

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO n.º _____, de 2021

(Da Sra. Dep. Talíria Petrone)

Requer a realização de audiência pública para tratar da greve deflagrada pelos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa Brasil de Comunicação – EBC na defesa dos direitos que constam em Acordos Coletivos de Trabalho e contra as tentativas de privatização.

Senhor presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública para debater, nesta Comissão de Legislação Participativa, realização de audiência pública para tratar da greve deflagrada pelos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa Brasil de Comunicação – EBC na defesa dos direitos que constam em Acordos Coletivos de Trabalho e contra as tentativas de privatização.

Convidados da autora:

1. Glen Valente, diretor-presidente da EBC;
2. Márcio Kazuaki, diretor administrativo da EBC;
3. Juliana Nunes, coordenadora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF;
4. Marcos Clemente, presidente do Sindicato dos Radialistas do DF;
5. Representante da Comissão de Empregados da EBC; e
6. Márcio Garoni, representante da Federação Nacional de Jornalistas - Fenaj.

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Talíria Petrone
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211634028900>



Encerramos o ano de 2021 com mais uma greve dos trabalhadores e trabalhadoras da EBC - Empresa Brasil de Comunicação. A greve na maior empresa de comunicação pública do país teve início no dia 26 de novembro. A EBC possui a TV Brasil, Agência Brasil, Rádio MEC AM e FM, Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Nacional de Brasília AM e FM, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional do Alto Solimões e Radioagência Nacional e coordena o sistema público de comunicação brasileiro.

Os trabalhadores e trabalhadoras de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo em greve reivindicam a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho de 2020 e 2021, a retomada do pagamento do Auxílio às Pessoas com Deficiência e com Doenças Raras, o retorno da estabilidade pós licença maternidade, o pagamento de 25% de adicional noturno e a paralisação do processo de privatização/extinção da empresa pública.

A greve foi a resposta encontrada diante da insensibilidade da direção da empresa, que quer impor perdas salariais de até 15%, além de ter prejudicado trabalhadores com deficiência e gestantes em direitos garantidos há vários anos. A empresa cortou o Auxílio às Pessoas com Deficiência e com Doenças Raras sem negociação e nega reajuste que recomponha as perdas com a inflação.

Enquanto promove o desmonte dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, a EBC e o governo federal assumem gastos vultosos com as transmissões via satélite da agenda do Presidente Bolsonaro. Desde 2020, já foram gastos R\$ 3,7 milhões.

O uso político da TV Brasil vem sendo amplamente denunciado pelos trabalhadores da empresa, a imprensa e a Ouvidoria Cidadã da Frente em Defesa da EBC e já é investigado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. No Ofício nº 98 / 2021 / PRESI / EBC, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1149/2021 de nossa autoria, o diretor presidente da EBC assumiu ter havido 130 transmissões de cerimônias da presidência na TV Brasil.

Além de tudo isto, os trabalhadores e trabalhadoras denunciam censura diária nas redações da empresa. O III Dossiê de Censura e Governismo na EBC, elaborado pelos funcionários, levantou 161 casos de censura e 89 de governismo entre agosto de 2020 e julho de 2021.

A EBC, empresa pública de comunicação do Poder Executivo, foi incluída pelo Decreto nº 10.354, de 21 de maio de 2020, no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República. A falácia usada para justificar a privatização da empresa é de que ela seria deficitária. No entanto, a empresa conta com recursos próprios



advindos da Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública que já somam bilhões de reais, não repassados à empresa pelo governo federal. Estes recursos poderiam assegurar o pleno funcionamento da empresa pelos próximos anos sem a dependência de Orçamento do Tesouro Nacional.

Segundo o PPI, a EBC recebeu, em 2020, R\$ 389,1 milhões da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e arrecadou R\$ 65,8 milhões em receitas próprias, como a venda de serviços e receitas financeiras. Com as despesas totalizando R\$ 543,4 milhões no ano passado, o Tesouro Nacional repassou R\$ 88,5 milhões à empresa, de um total de R\$ 463 milhões autorizados pelo Orçamento Geral da União¹.

Defender a EBC pública é um dever deste parlamento. O direito à comunicação pública foi consagrado pela Constituição e é base fundamental para a Democracia. Conclamo os deputados e deputadas da Comissão de Legislação Participativa a aprovar este requerimento para promovermos um amplo debate sobre as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras grevistas da EBC.

Sala das Comissões, de dezembro de 2021.

Talíria Petrone

Líder do PSOL

¹ <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2021/06/inclusao-da-ebc-em-plano-de-lesestatizacao-e-discutida-na-camara.html>

